



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO



Código de Verificação

Publicado em: 28/03/2025 | Edição: 22481 | Matéria nº: 1068364

SGPe PMSC 31366/2023

DECISÃO

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo instaurado a partir de encaminhamento realizado pelo então Tenente-Coronel Luciano Beneval de Souza, Chefe do CMT/DALF e fiscal do Contrato n.º 253/2019, com a finalidade de apurar possível inadimplência contratual por parte da empresa TRIASA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ 26.982.825/0001-42.

Consta nos autos que a contratada, em tese, teria deixado de realizar a 9ª revisão do veículo Peugeot/2008, placas RAE0031, caracterizando eventual descumprimento de suas obrigações contratuais.

Verifica-se que o fiscal do contrato notificou a empresa (págs. 18/19), contudo, esta não apresentou nenhuma justificativa, ensejando, assim, a instauração do presente processo sancionador.

A portaria de instauração foi publicada em 14 de junho de 2023 e divulgada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 15 de julho de 2023.

A empresa foi citada por meio de e-mail (pág. 29) e apresentou sua defesa, juntada às págs. 32/37.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública possui o poder-dever de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, cabendo-lhe designar formalmente um fiscal para esse fim, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

"A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos." [TCU - Acórdão 1632/2009 - Plenário]

Ademais, a execução dos contratos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, conforme dispõe o artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993:

"Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93." [Acórdão 212/2009 - TCU - Segunda Câmara]

Diante disso, o fiscal de contrato tem o dever legal de notificar a contratada em caso de descumprimento de suas obrigações. Constatada eventual irregularidade, é seu papel encaminhar a questão à autoridade competente para análise e, se necessário, instauração do procedimento sancionador.

No âmbito do poder disciplinar da Administração Pública, a aplicação de sanções decorrentes de inadimplência contratual não constitui ato discricionário, mas sim um poder-dever da Administração. A Lei n.º 8.666/1993 estabelece expressamente diversas obrigações nesse sentido, notadamente nos artigos 41, 76, 77, 81, 86 e 87.

O artigo 87 da referida lei prevê sanções aplicáveis nos casos de inexecução total ou parcial de contratos firmados com os vencedores dos certames licitatórios.

Ressalte-se que o princípio da proporcionalidade determina que as sanções aplicadas sejam compatíveis com a gravidade da infração cometida, ao passo que o princípio da razoabilidade exige que a resposta estatal seja coerente e justa, evitando excessos que comprometam o interesse público e a continuidade dos serviços prestados.

No caso concreto, restou comprovado que a empresa descumpriu sua obrigação contratual ao deixar de realizar a 9ª revisão do veículo PEUGEOT/2008 ALLURE PK BRANCA 2019/2020, chassi 936CMNFNVLB537522 e placas RAE0031, o que impacta diretamente na segurança e operacionalidade do veículo, prejudicando o serviço prestado pela Polícia Militar de Santa Catarina, além de onerar a administração o custo da revisão.

Nos termos do Contrato n.º 253/PMSC/2019, a Cláusula Oitava, inciso II, alínea "c" prevê a aplicação de penalidade de multa pelo inadimplemento das obrigações assumidas.

Assim, faz-se necessária a imposição de sanção proporcional, consistindo em advertência cumulada com multa, a ser calculada com base no valor de aquisição do veículo, em respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

III - DECISÃO

Diante do exposto, DECIDO reconhecer a responsabilidade da empresa TRIASA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA pelo descumprimento de suas obrigações contratuais e aplicar-lhe a penalidade de advertência, cumulada com multa no valor de R\$ 4.133,49 (quatro mil cento e trinta e três reais e quarenta e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de aquisição do veículo, nos termos da Cláusula Oitava, inciso II, alínea "c" do Contrato n.º 253/PMSC/2019.

Deixo de aplicar a multa sobre o valor global do contrato, uma vez que o presente processo trata exclusivamente de um único automóvel. Assim, em observância ao princípio da proporcionalidade, mostra-se adequado que a base de cálculo seja o valor de aquisição de cada veículo.

Determino à Seção de PAIC as seguintes providências:

1. Publique-se a presente decisão no DOESC.
2. Intime-se a empresa acerca da decisão, concedendo-lhe vista dos autos para, querendo, interpor recurso hierárquico no prazo de 15 (quinze) dias corridos.
3. Não havendo interposição de recurso, certifique-se e expeça-se guia de depósito identificado para o recolhimento da multa pecuniária, cujo prazo de pagamento é de 10 (dez) dias corridos.
4. Após o cumprimento do item 3, registre-se a punição no CADPEN.
5. Certifique-se o pagamento da multa dentro do prazo estipulado. Em caso de inadimplência, requeira-se a inscrição do débito em dívida ativa do Estado.
6. Dê-se ciência desta decisão ao Chefe do CMT, para que comunique o Comandante do 8º BPM quanto à necessidade de revisão do veículo placas RDW6I43, chassi 936CMNFNVLB548916, considerando que o prazo de garantia (5 anos) expira em 28/05/2025.



SGPO - SISTEMA DE PUBLICAÇÕES
OFICIAIS - DIÁRIO OFICIAL DE SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

